No dia dois de outubro de dois mil e vinte e cinco, na sala 01 de reunião na Secretaria Municipal da Educação, foi realizada a Reunião do Conselho Municipal da Educação com a presença dos seguintes membros: Cristina Solange de Simoni Flores, Rosana Celia Piazzaroli de Morais, Nadia Carvalho de Castro, Eliene Maria da Silva, Tatiana Matheus Araujo da Silva, Maria de Lurdes Cardoso, Maristela Mota Ribeiro Martins, Carolina Thais Bonifácio Saes Peres, Nadia Cristina Prado de Almeida, Paula Agostini. A Presidente do Conselho abriu a reunião, pontuando os assuntos que serão discutidos durante a reunião: Pauta:

1- Plano de carreira, 2- Progressão acadêmica - quantidade e prazos para as graduações, 3- Transporte escolar - critérios para utilização de terceiros..., 4- Aquisição antecipada de uniformes para 2026, 5- Apresentação do novo sistema de ensino pelo Secretário de Educação e/ou representante, 6- Aquisição antecipada de apostilas para 2026.

O primeiro assunto a ser discutido foi a alteração de uniforme para 2026, foi apresentado o novo modelo e cor, onde todos aprovaram a nova modelagem. A Presidente apresentou os valores dos uniformes, que serão fornecidos pela empresa Maroto Industria e Comercio Eireli, num total de Quatro milhões e duzentos e oito mil reais. Em relação ao uniforme, para evitar atrasos na entrega de uniformes aos alunos foi solicitado o PARECER de aquisição dos uniformes no ano atual de 2025 com recursos do FUNDEB, onde foi APROVADO por todos.

As escolas estão tendo problema com o setor de transporte, que não são flexíveis em relação aos passeios, os ônibus são disponíveis somente nas sextas-feiras, um dia com muito movimento nas estradas, com horários curtos, apressam para que os passeios terminam logo, para cumprirem outros compromissos do setor – linhas escolares. A Presidente do Fundeb sugeriu que tenha motoristas exclusivos para passeios, mas foi argumentado que os motoristas são bonificados com estas saídas. O transporte escolar é prioridade para os alunos, o dinheiro para manutenção do transporte é saído da Educação, se a Secretaria da Educação aprova os projetos / passeios, o departamento de transporte tem que se organizar para atender a todos. Ospasseios (projetos pedagógicos) são agendados pela Unidade Escolar e aprovados pela Secretaria da Educação, através de oficio. Os ônibus que atendem a zona rural tem ficados estacionados em lugares impróprios – enfrente de bares, campos de futebol. Passou da hora da Secretaria da Educação organizar o transporte, este não é um departamento independente. O Diretor Educacional, Cristiano dos Reis Marques, deu uma satisfação sobre o transporte, ele solicita que o Conselho envie um oficio solicitando que os ônibus da educação são para cumprir vínculos pedagógicos para quando chegar solicitações das escolas saídas com fundamentos da orientadora pedagógica seja liberado o ônibus, independente do dia da semana. Em relação ao zoneamento do transporte

e cont

escolar, redefinir as rotas dos ônibus, deixar de fazer assistencialismo que ocorre a anos. O município adotou o SUCEM, sistema em parceria com a Superintendencia de Ensino, onde deixa definido a roteirização dos ônibus, conforme a residência do aluno. Está agendado com o Departamento de Transporte, junto com a Secretaria da Educação, o alinhamento de procedimentos.

A Presidente do Conselho irá enviar um oficio solicitando a relação de todos os terrenos adquiridos pela Educação, afim de conhecimento deste Conselho.

A Coordenadora Carolina Bonifácio, apresentou o material sugerido para 2026, seis empresas apresentaram os materiais pedagógico, os sistemas foram para votação em Google Forms, foram aprovados, por votação, o SOMA e o TRILHAS, devido ao custo e a proposta de trabalho do material, foi aprovado pela Secretaria da Educação o TRILHAS - um sistema de ensino FTD, este novo sistema não foi adquirido a apostila da OPEE e de Ensino Religioso, esta será construída pelos próprios professores, não com foco na Religião e sim nos fundamentos culturais. Em relação ao sistema utilizado, atualmente, da FTD para este proposto para 2026, a Educação terá uma economia, aproximadamente, de hum milhão e quinhentos mil reais. O TRILHAS tem uma sequência de trabalho a ser seguido, material, específico, preparatório para o SAEB, um material mais simples, mais claro. Os membros tiveram a oportunidade de analisar todos os materiais apresentados.

Visando um melhor planejamento, a Secretaria da Educação tem a intenção de adquirir o material pedagógico no atual ano, para começar o ano de 2026 com todo o material comprado, por isso solicita o PARECER do Conselho. O Conselho é POSITIVO a este Parecer, desde que haja conhecimento e aprovação pelos Orientadores Pedagógicas. As Coordenadoras Pedagógicas reunirão com os Orientadores para apresentar o material do TRILHAS para conhecimento e solicitação de aprovação da maioria. Sendo aprovado o material pela maioria dos Orientadores, o Conselho será FAVORÁVEL à aquisição antecipada do material com o recurso do FUNDEB.

Foi apresentado sobre o Plano de Carreira – foi sugerido que seja eleitos representantes por Unidade Escolar, para representar todos os segmentos – professores, auxiliares, monitores, secretaria, psicólogos, orientadores, inspetores, psicopedagogo. Cada grupo apresentar para este representante da Unidade sugestões para alterar o Plano de Carreira – alterando o Plano de Carreira do Magistério, sendo padrão para toda Rede.

Será feito um oficio solicitando um decreto para regularizar a Progressão Acadêmica, principalmente para a Educação Infantil e PEB 1, limitar o número de graduação e o tempo de curso (a cada cinco anos) – foi sugerido ser prioritário ter as seguintes graduações: Português, Matemática, por causa do SAEB, e Educação Especial (ou equivalente), atualmente, tem sido feitos vários cursos para terem

1

adicionais em seus salários. Tem professores que apresentam vários certificados visando a aposentadoria, por isso, que atualmente, há um gasto muito alto na Folha de Pagamento da Educação e no Prev Extrema, há a necessidade, urgente, dessa reestruturação. Foi sugerido que seja colocado no decreto, para que afim de aposentadoria, seja feito esta limitação de certificados, a partir da data do decreto.

Sem mais, lavro a seguinte ata,